

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

Capítulo I

A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	23
--	-----------

1.1. Conceito de inconstitucionalidade	23
1.1.1. Dos elementos da inconstitucionalidade.....	23
1.2. Espécies de inconstitucionalidade (normativa, não normativa, por ação, por omissão, formal, material, originária, superveniente, total, parcial, direta e indireta).....	29
1.3. Conceito, objeto e parâmetro do controle de constitucionalidade	42
1.3.1. Bloco de constitucionalidade	54
1.4. Natureza do controle de constitucionalidade	59
1.5. Os sistemas de controle jurisdicional de constitucionalidade.....	60
1.5.1. Classificação.....	60
1.5.1.1. Momento a partir do qual podem ser ajuizadas a ADIn e a ADC	63
1.6. Semelhanças e dissimilaridades entre o controle abstrato e o concreto...	68
1.6.1. Normas passíveis de controle abstrato de constitucionalidade	79
1.6.2. Ofensa direta e ofensa indireta à Constituição.....	81
1.6.3. Condições da ação e pressupostos processuais	83
1.6.3.1. Legitimados à propositura de ADIn e ADC.....	87
1.6.3.1.1. Pertinência temática ou objetiva	89
1.6.3.2. Representação processual e capacidade postulatória	91
1.6.3.3. Impedimento e suspeição	93
1.6.3.4. Carência originária e superveniente do direito de ação	96

1.6.4. O pedido na ADIn e na ADC.....	99
1.6.4.1. O pedido de medida cautelar na ADIn e na ADC ...	99

Capítulo II

CONSEQUÊNCIAS DA INCONSTITUCIONALIDADE E DE SUA DECLARAÇÃO JUDICIAL..... 103

2.1. Inexistência, nulidade e anulabilidade.....	103
2.2. Da sanção de nulidade absoluta.....	109
2.2.1. Dos efeitos pretéritos residuais do ato nulo: teoria da paraficácia do ato nulo.....	109
2.3. Da revogação da norma.....	117
2.3.1. Conceitos de vigência, eficácia, revogação, recepção e repristinação.....	117
2.3.1.1. Os equívocos conceituais e suas consequências....	118
2.4. A questão do controle abstrato da legislação pré-constitucional...	121
2.4.1. O <i>status quæstionis</i> no direito comparado.....	121
2.4.2. O <i>status quæstionis</i> no STF.....	123
2.4.3. Crítica à posição do STF.....	124
2.4.3.1. Da revogação por inconstitucionalidade.....	124
2.4.3.2. Inconstitucionalidade sem nulidade.....	130
2.4.3.3. Vigência da norma e atualidade da ofensa à Constituição.....	132
2.4.3.4. Exceção à regra da revogação por inconstitucionalidade: o caso da inconstitucionalidade superveniente por mutação fática ou da interpretação da norma.....	138
2.4.3.5. Da constitucionalidade superveniente.....	140
2.4.3.6. Da conveniência do controle abstrato da legislação pré-constitucional.....	142

Capítulo III

O PAPEL DO SENADO FEDERAL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 145

3.1. Suspensão da execução de lei e revogação.....	147
3.2. Natureza jurídica da resolução senatorial.....	149

3.3. Competência discricionária e competência vinculada	152
3.4. Eficácia retroativa e eficácia prospectiva	155
3.5. “Efeito reprivatizatório” ou não da resolução	161
3.6. Revogabilidade ou não da resolução suspensiva	162
3.7. Desnecessidade de comunicação formal ao Senado.....	164
3.8. Mutação jurisprudencial.....	164
3.9. Controle da constitucionalidade da resolução.....	165
3.10. Posição hierárquico-normativa da resolução	166
3.11. Normas passíveis de suspensão pelo Senado	167
3.12. Súmula vinculante e decisão em repercussão geral: utilidade da resolução.....	172
3.13. “Abstratizaç�o” do controle incidental exercido pelo STF	174
3.14. Síntese	183

Capítulo IV

EFICÁCIA DAS DECISÕES DEFINITIVAS DO STF EM ADIN E ADC: ESPECIFICIDADES DO CONTROLE CONCENTRADO 185

4.1. A natureza objetiva do processo constitucional e suas implicações....	185
4.1.1. � possível um processo sem partes?.....	186
4.1.2. A eficácia <i>erga omnes</i> como decorrência da natureza ob- jetiva do processo constitucional.....	188
4.1.3. O efeito vinculante como decorrência da opção do legis- lador constituinte.....	190
4.1.4. Distinção entre coisa julgada <i>erga omnes</i> , eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante.....	191
4.1.4.1. Diferenç�a quanto � técnica processual.....	202
4.1.4.2. A súmula vinculante	204
4.1.5. Da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> implícita na coisa julgada <i>erga omnes</i> , na eficácia <i>erga omnes</i> e no efeito vinculante ..	207
4.1.6. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada <i>erga omnes</i> ..	217
4.1.6.1. Limites objetivos	217
4.1.6.1.1. Vinculação de todos � parte dispositiva do acórdão definitivo.....	218
4.1.6.2. Limites subjetivos.....	227

4.1.6.2.1. Autovinculação do STF à coisa julgada <i>erga omnes</i>	227
4.1.7. Limites objetivos e subjetivos do efeito vinculante	231
4.1.7.1. Limites objetivos	232
4.1.7.1.1. Efeito vinculante: vinculação aos motivos determinantes (“tragende Gründe”) ou à parte dispositiva da decisão?	232
4.1.7.2. Limites subjetivos.....	243
4.1.7.2.1. Inexistência de autovinculação do STF ..	244
4.1.7.2.2. Inexistência de vinculação do Poder Le- gislativo.....	245
4.2. O denominado “efeito repristinatório” e o efeito vinculante.....	248
4.2.1. O “efeito repristinatório” injusto ou indesejado	250
4.2.1.1. Da necessidade de cumulação de pedidos e seus inconvenientes.....	251
4.2.2. Relações entre o “efeito repristinatório” e o efeito vinculante.....	254
4.3. A impossibilidade de renovação de prazos decadenciais e pres- cricionais já exauridos em virtude da decisão do STF	257
4.3.1. Declaração de inconstitucionalidade e repetição de indé- bito tributário.....	259
4.3.2. A (in)constitucionalidade do art. 741, parágrafo único, do CPC-73 e dos arts. 525, §§ 12 e 15, e 535, §§ 5º e 8º, do CPC-2015.....	262
4.4. A manipulação dos efeitos da decisão definitiva de mérito em ADIN e ADC	285
4.4.1. Limites à modulação: a sanção de nulidade como norma- regra.....	310

Capítulo V

A NATUREZA DÚPLICE DA ADIN E DA ADC.....	315
5.1. A produção de coisa julgada material e efeito vinculante nas deci- sões de definitivas de procedência e de improcedência.....	315
5.1.1. A questão no direito comparado	315
5.1.2. A questão no STF.....	319

Capítulo VI

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE COMO LIMITAÇÃO AO EFEITO VINCULANTE E À EFICÁCIA <i>ERGA OMNES</i>.....	329
6.1. Casos em que o próprio STF relativizou o efeito vinculante e a eficácia <i>erga omnes</i>	332
6.1.1. O caso da Rcl nº 1067	333
6.1.2. O caso da ADIn nº 223	337
6.2. O caso da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.....	343
CONCLUSÕES.....	347
BIBLIOGRAFIA.....	365